

*DM*  
*AF ds*

**ATA NÚMERO DOZE**

**ATA DA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

----- Ao décimo sexto dia do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua sétima sessão extraordinária, convocada pelo seu Presidente, António Gonçalves Bragança Fernandes, em edital datado de três de dezembro com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**1. Período da Ordem do Dia:** -----

**1.1. – Autorização prévia da Assembleia Municipal e delegação de competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para dois mil e vinte;** -----

**1.2. – Alteração do mapa de pessoal e montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos e não ocupados no mapa de pessoal para o ano dois mil e vinte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;** -----

**1.3. – Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Mais Relevantes para o quadriénio de dois mil e vinte – dois mil e vinte e três. Orçamento ordinário para o ano de dois mil e vinte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;** -----

**1.4. - Reajustamento do apuramento da dívida bruta efetuado no Relatório de Gestão dois mil e dezoito apresentado em abril dois mil e dezanove relativo às entidades: Lipor, Fundação do Desporto, Fundação da Juventude, Fundação de Serralves e APCT – Associação Parque Ciência e Tecnologia;** -----

1.5. - Alienação de lote de terreno para construção (lote 10), sita na Quinta do Mosteiro, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública; -----

1.6. - Alienação de lote de terreno para construção (lote 13), sita na Quinta do Mosteiro, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública; -----

1.7. - Alienação de uma parcela de terreno sita na Rua Frederico Ulrich, número 2650, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública; -----

1.8. - Relatório de ponderação do período de discussão pública – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da ARU de Águas Santas/Pedrouços; -----

1.9. - Concessão de uso privativo do domínio público para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano; -----

1.10. - Postura de trânsito na Rua de Macau e Rua de Timor, freguesia de Águas Santas;

1.11. - Postura de trânsito na Rua Ponte de Moreira, freguesia de Moreira; -----

1.12. - Postura de trânsito nos arruamentos envolventes à Cidade Jardim, na freguesia da Cidade da Maia; -----

1.13. - Postura de trânsito na Rua Conselheiro Araújo de Barros, na freguesia do Castelo da Maia; -----

1.14. - Postura de trânsito na Coroa Central Urbana, na freguesia da Cidade da Maia; -

1.15. - Relatório da Atividade da Comissão de Transportes e Mobilidade no primeiro semestre de dois mil e dezanove; -----

1.16. - Prestação de Contas – Relatório de Gestão Semestral da Câmara Municipal da Maia; -----

1.17. - Documentos Previsionais 2020 das empresas municipais; -----

1.17.1 - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.; -----

1.17.2 - Maiambiente, E.M.; -----

1.17.3 - Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. S.A.; -----

1.17.4. - Fundação do Conservatório de Música da Maia. -----

1.18. Relatório de Execução Orçamental – Segundo trimestre de dois mil e dezanove da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.; -----

1.19. Recalendarização da despesa associada a projetos cofinanciados inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM), no âmbito do PEDU e outras candidaturas – alteração ao orçamento da receita e da despesa para dois mil e dezanove. -----

O Senhor Presidente, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, deu início aos trabalhos com uma saudação a todos os presentes, dando de seguida nota do pedido de substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Castelo da Maia, que foi substituído pelo Senhor Daniel Jorge Coelho Monteiro; do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira e Silva Escura, Ilídio da Silva Carneiro, que foi substituído pelo Senhor Luis Miguel Ascensão Teixeira e do Senhor João José de Magalhães Torres, que foi substituída pela Senhora Maria João Neno Escobar. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **um a três**. Estiveram ausentes os Senhores Deputados Carlos Joaquim de Ascensão Vieira, Carlos dos Santos Teixeira e Rui Miguel de Sousa Moreira. -----

1. Período da Ordem do Dia: -----

1.1. – Autorização prévia da Assembleia Municipal e delegação de competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para dois mil e vinte: -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação a “Autorização prévia da Assembleia Municipal e delegação de competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para dois mil e vinte” foi a mesma aprovada por unanimidade. ---

**1.2. – Alteração do mapa de pessoal e montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos e não ocupados no mapa de pessoal para o ano dois mil e vinte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia:** -----

----- Inscreveu-se o Senhor Deputado: -----

**Francisco José de Magalhães Couto e Silva**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **quatro**. -----

----- Colocada à votação a “**Alteração do mapa de pessoal e montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos e não ocupados no mapa de pessoal para o ano dois mil e vinte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia**” foi a mesma aprovada por maioria com treze (13) abstenções da Coligação “Um Novo Começo”. -----

**1.3. – Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Mais Relevantes para o quadriénio de dois mil e vinte – dois mil e vinte e três. Orçamento ordinário para o ano de dois mil e vinte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia:** -----

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

**Carla Susana Fernandes Ribeiro**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **cinco**. -----

**Manuel Cristóvão Martins Sá Pimenta**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **seis**. -----

**Cândido Joaquim Lima da Silva Graça**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **sete**. -----

----- Colocada à votação o “**Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Mais Relevantes para o quadriénio de dois mil e vinte – dois mil e vinte e três. Orçamento ordinário para o ano de dois mil e vinte dos Serviços Municipalizados de Água e** -----

**Saneamento da Maia**” foi o mesmo aprovado por maioria com catorze (14) votos contra da Coligação “Um Novo Começo” e BE e três (3) abstenções da CDU e da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos. -----

**1.4. - Reajustamento do apuramento da dívida bruta efetuado no Relatório de Gestão dois mil e dezoito apresentado em abril dois mil e dezanove relativo às entidades: Lipor, Fundação do Desporto, Fundação da Juventude, Fundação de Serralves e APCT – Associação Parque Ciência e Tecnologia:** -----

----- Não houve inscrições. -----  
----- Colocada à votação o “**Reajustamento do apuramento da dívida bruta efetuado no Relatório de Gestão dois mil e dezoito apresentado em abril dois mil e dezanove relativo às entidades: Lipor, Fundação do Desporto, Fundação da Juventude, Fundação de Serralves e APCT – Associação Parque Ciência e Tecnologia**” foi o mesmo aprovado por maioria com catorze (14) votos contra da Coligação “Um Novo Começo” e do BE e três (3) abstenções da CDU e da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós, Maria José Moutinho Araújo Castro Neves. -----

**1.5. – Alienação de lote de terreno para construção (lote dez), sita na Quinta do Mosteiro, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública:** -----

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados: -----  
**Manuel Alfredo da Rocha Maia**, após cumprimentar todos os presentes, deu nota que se a Mesa o permitisse, e até por economia de tempo, faria a apresentação de algumas questões relativamente ao ponto presente, um ponto cinco e ao ponto um ponto seis, uma vez que ambos estavam interligados. Começou por salientar que estavam perante uma proposta de alienação em hasta pública de dois lotes, que somavam o valor de um milhão, trezentos e seis mil euros. No entanto, no orçamento do ano que estava a terminar e do próximo ano, estes dois lotes estavam inscritos pelo valor global de dois milhões e cem mil euros. Por

Mads'

Bal

consequente, era necessário desde logo explicar esta discrepância significativa, por um lado, e por outro lado era necessário avaliar o risco de estarem a violar um orçamento que esta Assembleia tinha aprovado, desde logo o orçamento do exercício em curso e do orçamento de dois mil e vinte e nos quais insistia que a verba inscrita a título de alienação destes dois lotes era de dois milhões e cem mil euros e o que estava presente era um valor global de um milhão trezentos e seis mil euros. Por outro lado, verificaram que nas condições gerais dos dois processos, os valores estavam invertidos: por exemplo, em relação ao lote dez, o valor previsto era de seiscentos e oitenta e dois mil euros, isto no que dizia respeito às condições gerais, quando na verdade o valor deste lote era de seiscentos e vinte e quatro mil, segundo a proposta apresentada. Por conseguinte, era necessário sanar este erro, mas sobretudo para os Senhores Deputados era fundamental que fossem esclarecidos estes dois pontos aqui trazidos, por um lado a enorme discrepância do valor global, entre eles, e gostavam que esta matéria fosse elucidada, sob pena de estarem a violar dois orçamentos já aprovados. -----

**Francisco José de Magalhães Couto e Silva** após cumprimentar os presentes, leu o documento identificado com o número **oito**. -----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago**, após cumprimentar os presentes, considerava que a dúvida do Senhor Deputado da CDU devia-se ao facto de a avaliação das Finanças, que era aquela que constava no orçamento em curso, e a avaliação real, a pedido da Câmara Municipal, que foi feita por um perito avaliador certificado pela CMVM e também pela lista de avaliadores do Tribunal. A discrepância devia-se a esse facto. A avaliação da Autoridade Tributária era a que estava ali em cada dossier: no lote treze, um milhão, cento e setenta e nove e setecentos e no lote dez, um milhão, cento e oitenta e nove cento e noventa. Estes valores eram valores das Finanças, não eram valores reais, objetivos e de mercado. Aquilo que a Câmara Municipal fazia e que trazia à Assembleia Municipal era uma avaliação precisa, rigorosa e feita por um perito avaliador. Eram estes os

valores atingidos e os que iriam ser colocados em hasta pública. Acrescentou que por valor inferior, não seriam vendidos e que iriam ser objeto de propostas de quem quisesse apresentar. Este seria o valor base e só ganhava quem apresentasse a proposta maior. Em relação à intervenção do Senhor Deputado do BE, deu nota que era uma visão que respeitava, mas com a qual não concordava. -----

**Manuel Alfredo da Rocha Maia** usou a palavra para fazer o seguinte pedido de esclarecimento: esta avaliação tinha sido feita em vinte de março de dois mil e dezanove e no dia dois de dezembro tinha sido aprovado o orçamento para dois mil e vinte e se tinha sido revisto o valor deste imóvel, concretamente do lote dez, porquê o orçamento não refletia esse novo valor? Parecia-lhe razoável. A segunda dúvida, em relação à qual insistia, tinha a ver se havia ou não o risco de estarem a violar o orçamento aprovado. Insistia que o orçamento aprovado previa para estes dois lotes uma receita de dois milhões e cem mil euros e os dois lotes propostos somavam apenas um milhão, trezentos e seis mil euros. -----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago**, esclareceu que a primeira já tinha esclarecido, acrescentando que os Serviços Camarários tinham colocado no orçamento um valor, que à data era o valor disponível da avaliação das Finanças. Para se vender algo em hasta pública, tinha-se que avaliar os ativos patrimoniais e isso era o que tinha sido feito. Saliou que isto não violava absolutamente nada, porque também em anos anteriores tinham estes lotes e outros ativos passíveis de serem alienados e não foram vendidos. -----

----- Colocada à votação a “**Alienação de lote de terreno para construção (lote dez), sita na Quinta do Mosteiro, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública**” foi a mesma aprovada por maioria com quatro (4) votos contra da CDU e do BE e uma (1) abstenção da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos. -----

**Manuel Alfredo da Rocha Maia** usou a palavra para fazer declaração de voto de vencido, nos termos do artigo cinquenta e oito da Lei n.º setenta e cinco barra doiz mil e treze, de doze de setembro, com base nas dúvidas colocadas, concretamente ao risco de estarem a violar o orçamento aprovado. -----

**1.6. - Alienação de lote de terreno para construção (lote treze), sita na Quinta do Mosteiro, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública: -----**

----- Não houve inscrições. -----  
----- Colocada à votação a “**Alienação de lote de terreno para construção (lote treze), sita na Quinta do Mosteiro, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública**” foi a mesma aprovada por maioria com quatro (4) votos contra da CDU e do BE e uma (1) abstenção da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos. -----

**Manuel Alfredo da Rocha Maia** usou a palavra para fazer declaração de voto de vencido, nos termos do artigo cinquenta e oito da Lei n.º setenta e cinco barra doiz mil e treze, de doze de setembro, reproduzindo os termos feitos na declaração de voto de vencido no ponto anterior. -----

**1.7. - Alienação de uma parcela de terreno sita na Rua Frederico Ulrich, número dois mil seiscientos e cinquenta, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública: --**

----- Não houve inscrições. -----  
----- Colocada à votação a “**Alienação de uma parcela de terreno sita na Rua Frederico Ulrich, número dois mil seiscientos e cinquenta, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública**” foi a mesma aprovada por maioria com dois (2) votos contra do BE e uma (1) abstenção da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos. -----

**1.8. - Relatório de ponderação do período de discussão pública – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da ARU de Águas Santas/Pedrouços: -----**

----- Inscreveu-se a Senhora Deputada: -----

**Carla Susana Fernandes Ribeiro** leu o documento identificado com o número nove. -----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago** deu nota que o próprio tinha participado numa discussão pública sobre esta ARU em conjunto com a Câmara Municipal de Gondomar que também estava a fazer uma área de reabilitação urbana na confinidade com esta, num sábado de manhã, e as pessoas que quiseram participar, puderam fazê-lo. Admitia que o modelo pudesse ser melhorado e era isso que estavam a fazer relativamente ao Plano Diretor Municipal, em que estavam a abrir a discussão pública nas várias Freguesias e também podia ainda fazer isto na freguesia de Pedrouços e de Águas Santas. Saliou que ele próprio e os Serviços Camarários estavam sempre disponíveis para partilhar informação e sensibilizar as pessoas nesse sentido. Todos tinham esse dever e essa obrigação e a própria CDU tinha o dever de sensibilizar e de informar as pessoas interessadas neste propósito. Quanto às questões colocadas pela CDU, deu nota que a Linha da Circunvalação de Leixões era um projeto que estava em cima da mesa por parte do Governo e da empresa Infraestruturas de Portugal, e que para ele próprio estava dado como adquirido a transformação ou a complementariedade desta linha férrea por forma a que ela também servisse o transporte público de passageiros. Acrescentou que tinha participado em algumas reuniões no âmbito da Área Metropolitana do Porto e estava perfeitamente convencido que neste plano de fomento da ferrovia, que Portugal e o Governo tinham em mãos, iria ser um projeto contemplado. Não valeria a pena muito estar a fixar-se nesse assunto porque era um dado adquirido e uma questão de utilização de uma linha que estava subaproveitada quando ela era somente utilizada para mercadorias. Aquilo que era preciso fazer era revitalizar essa linha e criar condições de conforto e depois fazer algumas interfaces, parques de estacionamento para que as pessoas se possam movimentar e utilizar essa linha. Quanto à questão da Linha de Metro, aquilo que todos deviam fazer era vincar que no próximo ranking de linhas, nos próximos dois, três anos, a Metro iria utilizar muito do seu tempo na realização

das duas linhas que estavam lançadas e prestes a poder ser concretizadas no terreno. Na última reunião da Metro, foi aprovado pelo Conselho de Administração a adjudicação dos novos veículos que tinham sido objeto de um concurso público internacional, a uma empresa chinesa. Os dezoito veículos, depois de estar a adjudicação em marcha, faltando o visto do Tribunal de Contas, cerca de um ano depois, teriam que ser entregues. A partir daí e mesmo não estando prontas as duas linhas, a de Gaia e a do Porto, esses veículos iriam começar a atuar na rede de Metro existente para se poder melhorar o serviço. Entretanto, a Metro iria estudar a segunda linha de Gondomar e uma nova linha para a Maia, do Hospital de S. João para o centro da Cidade. Era o que estava programado e o próprio Ministro do Ambiente e da Transição Energética tinha assumido isso quando foi aprovada a abertura destes concursos. O próprio tinha aprovado com o pressuposto da Metro estudar estas duas linhas (Maia e Gondomar) tanto mais que a linha da Maia fazia parte da rede inicial em que a lei de bases da Metro do Porto previa. Pedia o apoio a todos para junto do Governo, da Área Metropolitana do Porto e da Metro do Porto lutarem para conquistar essa nova linha para a Maia. Quanto ao Mercado de Pedrouços, deu nota que estavam a preparar um concurso público para ver se havia a possibilidade de haver um investidor que pudesse reabilitar o Mercado de Pedrouços e do Castelo da Maia numa lógica de concessão por x anos para revitalizar os espaços e dar uma nova dimensão quer estética quer funcional destes dois equipamentos, mantendo a feira semanal num caso e noutro, mas dando mais componentes de uso. A programação estava prevista e o timing para abertura desses dois momentos seria no início do próximo ano. Iria ser agendado em sede de reunião camarária e depois viria à Assembleia Municipal para a abertura desses dois concursos públicos de concessão desses dois Mercados. A razão da verba estar indefinida nos cinquenta mil euros era porque ela não tinha grande necessidade de estar indefinida. -----

----- Colocada à votação o “Relatório de ponderação do período de discussão pública  
Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da ARU de Águas  
Santas/Pedrouços” foi o mesmo aprovado por maioria com duas (2) abstenções da CDU.

**1.9. – Concessão de uso privativo do domínio público para instalação e exploração**  
**publicitária de mobiliário urbano:** -----

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

**Manuel Alfredo da Rocha Maia** deu nota de duas razões essenciais para intervir sobre este ponto, sendo a primeira o receio de que o mesmo possa ter que ser retirado porque continha, página seis, um erro ou porventura um lapso que considerava insanável nesta Sede e neste momento. Relativamente à remuneração destes espaços de publicidade era referido que era anual. Se ela fosse anual, significava que neste período de doze anos para um lote e quinze para outro, teriam no conjunto uma receita de setenta e oito mil milhões e meio de euros. Isto não era verdade. O que estava escrito era que o valor mínimo por arredondamento era de um milhão duzentos e tal mil euros/anual, acrescido de IVA, em relação ao primeiro lote e o segundo lote o valor de quatro milhões novecentos e oitenta mil euros arredondado/anual. Pelos valores apresentados e pela fórmula de cálculo dos totais apresentados na página sete, certamente que estes valores eram pelo conjunto dos anos da vigência do contrato. Se fosse anual, iria obter-se esta receita verdadeiramente extraordinária dos setenta e oito milhões e meio de euros, considerando não ser essa a expectativa que o Município tinha para este concurso, a menos que o tivesse e não o dissesse. A segunda questão tinha a ver com uma dúvida relativamente à extensão do conceito de exclusividade da instalação e exploração de publicidade no espaço público, colocando de seguida a seguinte questão: se um pequeno comerciante que tinha feito uma remodelação à sua loja e pretendia lançar uma campanha de publicidade para a promoção da mesma, poderia contratar publicidade através de outro tipo de suporte como pendões nos postos de iluminação? Porque, salvo melhor entendimento, poderia

surgir esta dúvida relativamente à abrangência da exclusividade da exploração da atividade. Gostaria de ver esta dúvida esclarecida, e caso não fosse, teriam mais uma razão para a retirada deste ponto da ordem de trabalhos. -----

**António Fernando Gomes de Oliveira e Silva**, após cumprimentar todos os presentes, usou a palavra para reiterar o pedido do Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia e pedir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que retirasse o ponto. Este ponto revestia-se de alguma complexidade, tinham para o lapso alertado na intervenção anterior e para além disso, tratava-se de um ponto que, de grosso modo, a Câmara Municipal concessionava a privados uma matéria que era da sua competência. Carecia assim de uma reflexão e considerava que não houve tempo necessário para fazer até porque, salvo melhor entendimento, e esse melhor entendimento tinha sido o da Mesa e os restantes líderes parlamentares estavam convencidos que este ponto não seria agendado para esta sessão, mas sim para uma próxima oportunidade.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago**, realçou que existia um lapso dado que na proposta estava anual, mas era para quinze anos ou para doze anos que era o timing de cada um destes lotes. Salientou que este lapso era fácil de corrigir. Se pediam para retirar este ponto para ser agendado para a próxima sessão, concordava. -----

**---- O ponto foi retirado desta ordem de trabalhos, passando a fazer parte da agenda para a próxima sessão.** -----

**Manuel Alfredo da Rocha Maia**, com o devido respeito pela decisão da Mesa, questionou se aquilo que foi visto como um lapso, carecia ou não de ser retificada na Sede de onde este documento tinha emanado, ou seja, na Câmara Municipal. Considerava, assim, ter algumas dúvidas sobre se era possível reagendar esse ponto para uma reunião imediata ou se este tema devia regressar obrigatoriamente e impertivelmente à Câmara para ali ser sanado, sob pena da

Assembleia Municipal estar a deliberar sobre um documento que tinha sofrido uma alteração no trânsito entre o Executivo e a Assembleia Municipal. -----

**1.10. - Postura de trânsito na Rua de Macau e Rua de Timor, freguesia de Águas Santas:**

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação a “**Postura de trânsito na Rua de Macau e Rua de Timor, freguesia de Águas Santas**” foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

**1.11. - Postura de trânsito na Rua Ponte de Moreira, freguesia de Moreira:** -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação a “**Postura de trânsito na Rua Ponte de Moreira, freguesia de Moreira**” foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

**1.12. - Postura de trânsito nos arruamentos envolventes à Cidade Jardim, na freguesia da Cidade da Maia:** -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação a “**Postura de trânsito nos arruamentos envolventes à Cidade Jardim, na freguesia da Cidade da Maia**” foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

**1.13. - Postura de trânsito na Rua Conselheiro Araújo de Barros, na freguesia do Castelo da Maia:** -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação a “**Postura de trânsito na Rua Conselheiro Araújo de Barros, na freguesia do Castelo da Maia**” foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

**1.14. - Postura de trânsito na Coroa Central Urbana, na freguesia da Cidade da Maia:** -

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação a “**Postura de trânsito na Coroa Central Urbana, na freguesia da Cidade da Maia**” foi a mesma aprovada por unanimidade. -----



**1.15. - Relatório da Atividade da Comissão de Transportes e Mobilidade no primeiro semestre de dois mil e dezanove: -----**

----- Inscreveu-se o Senhor Deputado **Manuel Alfredo da Rocha Maia**, na qualidade de representante da Comissão de Transportes e Mobilidade, leu o documento identificado com o número **dez**. -----

----- Inscreveu-se o Senhor Deputado **Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta** leu o documento identificado com o número **onze**. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**1.16. - Prestação de Contas – Relatório de Gestão Semestral da Câmara Municipal da Maia: -----**

----- Não houve inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**1.17. - Documentos Previsionais 2020 das empresas municipais: -----**

**1.17.1 - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.: -----**

----- Não houve inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**1.17.2 - Maiambiente, E.M.: -----**

----- Inscreveu-se a Senhora Deputada: -----

**Carla Susana Fernandes Ribeiro** deu nota que a CDU tinha apreciado com o maior interesse o documento relativo aos instrumentos de gestão previsional da Maiambiente para dois mil e vinte, dos quais se salientava logo na introdução o anúncio que, no próximo exercício, haveria um novo contrato de gestão delegada e um contrato-programa entre a Câmara Municipal e a citada empresa municipal, pretendendo-se desagregar as competências em matéria de gestão de resíduos e limpeza pública. Questionou o que significava esta desagregação de competências e que consequências económicas operacionais, que qualidade

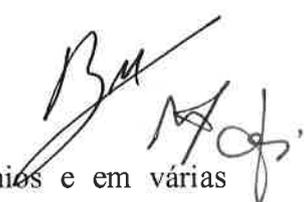
de serviço às populações a empresa teria. Era igualmente enunciado ~~que em dois mil e vinte~~ teria início a implementação faseada de um modelo tarifário designado por Pay It, relativamente a um sistema de pagamento da tarifa de acordo com a quantidade de resíduos produzidos. Tratava-se de um sistema que implicava uma alteração tarifária a submeter a esta Assembleia Municipal, mas seria útil que quanto antes o Senhor Presidente da Câmara Municipal trouxesse informação detalhada sobre os estudos já realizados e o desenho da solução encontrada a fim de se poder avaliar antecipadamente, sobretudo os impactos na vida e na economia das famílias. Era também comunicado que em dois mil e vinte haveria um novo documento regulador das relações entre a Maiambiente e todos os seus colaboradores, que se desejava mais moderno e flexível. Além de manifestarem estranheza pelo uso de um termo estranho ao quadro jurídico das relações de trabalho – colaboradores, gostariam que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecesse como tinha decorrido o processo para a elaboração do designado Estatuto do Pessoal, concretamente, se o estatuto em geral, o novo sistema de avaliação de desempenho, o regulamento interno e o regulamento de horários de trabalho tinham sido negociados com alguma organização representativa dos trabalhadores ou se pelo menos estes foram consultados sobre estes instrumentos. Era também referido que em consequência do alargamento de serviços ou da criação de novos, seria necessário o reforço de meios humanos operacionais e que para fazer face às limitações de meios, nomeadamente no grupo operário, a empresa iria privilegiar o regime de outsourcing. Se a empresa necessitava de reforçar meios e pelos vistos manifestamente necessitava, questionou porque razões entendia a Maiambiente recorrer ao regime de outsourcing em vez de contratar próprio? Que custos teria? O orçamento anual de exploração previa gastos a título de fornecimento e serviços externos no valor de mais de seis vírgula um milhões de euros, incluindo três milhões para subcontratos e dois vírgula um milhões para serviços externos,

Ad

questionando qual era o valor imputável à contratação de trabalhadores em regime de outsourcing. -----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago**

relativamente à desagregação de competências, deu nota que a Maiambiente prestava fundamentalmente dois tipos de serviço: a limpeza urbana e a recolha de resíduos sólidos. Fazia uma através de uma contratação em regime de outsourcing, em que limpeza urbana era feita de uma forma exemplar e que todos louvavam tal feito. Quanto à recolha, era feita num sistema misto, onde tinham um conjunto de meios próprios para manter, e a outra parte era feita através também da contratação externa. Aquilo que existia era para se manter, disponibilizando a Câmara Municipal à Maiambiente a tarifa que ela arrecadava e a empresa, em tempos, pagava diretamente o custo da limpeza urbana e da recolha que fazia ou que outros faziam para a empresa, e a Câmara pagava à Lipor o tratamento dos resíduos sólidos. Muito recentemente, por orientação e sugestão da ERSAR o modelo foi alterado, e a Câmara pagava à Maiambiente a limpeza urbana e esta por sua vez, pagava diretamente à Lipor. Nesta circulação, a Maiambiente ficava prejudicada e por isso não previa este agravamento de custos, havendo assim um pequeno desequilíbrio, tendo a Câmara Municipal que compensar no fundo este desequilíbrio. A desagregação era esta, mantendo-se tudo como estava. A Maiambiente era uma empresa municipal a cem por cento e não havia nenhuma intenção de alterar esse modelo. Quanto ao sistema tarifário, deu nota que o estavam a estudar de uma forma muito afincada, para ver se eram os primeiros ou o primeiro Município a colocar em prática este modelo de cobrança de tarifa de uma forma muito objetivada naquilo no que cada um dos municípios produzia em casa e não através do consumo da água. A Universidade do Porto e do Minho estavam a trabalhar com a Câmara Municipal, com a Maiambiente e com a Lipor e quando tiverem condições para se poder dissimular e informar quer a população maiata quer também os órgãos, designadamente esta Assembleia Municipal, iriam fazer,



estando a pensar em fazer uma apresentação técnica em vários domínios e em várias instâncias e os Senhores Deputados seriam convidados para darem as suas opiniões. Com esta mudança, quando fosse possível implementar, e quando estivesse consolidada para não ser um tiro fora do alvo, o objetivo, como era compreensível, era haver uma economia maior por parte dos munícipes, uma vez que quem aproveitasse esta oportunidade e quem reciclasse mais, teria uma poupança no final do mês. Relativamente aos colaboradores, deu nota que o modelo vigente era para continuar não pretendendo que o mesmo fosse alterado. O que tinha sido referido pela Senhora Deputada da CDU era um acordo da empresa que estavam a trabalhar. Salientou que não fazia parte do Conselho de Administração, mas sabia da vida diária da empresa e o que estava a ser trabalhado com os colaboradores e também com os sindicatos era um acordo da empresa que abordasse os vários domínios e que pudesse haver uma estabilidade maior no funcionamento normal da empresa. -----

----- A Assembleia Municipal **tomou conhecimento**. -----

### **1.17.3 - Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. S.A.:** -----

----- Inscreveu-se o Senhor Deputado: -----

**Manuel Alfredo da Rocha Maia** salientou que o plano de atividades e orçamento desta empresa municipal em apreciação, mas a título de mero conhecimento, era apenas um documento de continuidade. A Espaço Municipal referia ter registado um elevado número de pedidos de habitação social, mas não quantificava as necessidades atuais em termos de fogos. O que se sabia com os dados fornecidos para a elaboração do levantamento real das necessidades de realojamento habitacional, publicado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, em fevereiro do dois mil e dezoito, o número de famílias a realojar no município da Maia era à época de setecentos e noventa e quatro. Questionou neste momento quantos eram e que estudos estavam a ser feitos ou se tencionava a Espaço Municipal ou a Câmara fazer, que permitisse prever a sua evolução futura e dimensionar atempadamente a

resposta a planear. A verdade era que, para além da expectativa de se candidatar a dois mil e vinte à construção de um edifício de cinquenta e sete fogos no Bairro do Sobreiro e da alusão genérica com um plano estratégico de habitação, o que era de saudar, não havia quaisquer outras referências à edificação de novas habitações públicas. Salientava, por outro lado, a menção a um plano de ação para as comunidades desfavorecidas com a atribuição de prioridade aos núcleos de construção precária no Lugar de Monte Faro, no Lugar das Lagielas, no Bairro da Brisa e da Travessa da Arroteia. Em relação aos três, o plano referia apenas a reabilitação física e desagregação destes espaços, sem deixar de sublinhar que era positiva toda e qualquer reabilitação física que reponha as condições dignas de habitação, mesmo que a título transitório, impunhasse questionar sobre se havia perspectivas e para quando o realojamento em fogos de habitação social para todas as famílias ou se por contrário, estavam perante um eterno adiamento de uma solução que se impunha e que tardava. -----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago** deu nota que o presente assunto tinha vindo para conhecimento e o Senhor Deputado da CDU já tinha marcado a sua posição como bom parlamentar que era. Mais acrescentou que deixava o assunto para uma próxima oportunidade, salientando que estavam a trabalhar muito bem, a reabilitar todos os fogos do Concelho. Era uma verdadeira revolução, dando melhor qualidade de vida às famílias maiatas, citando como exemplo no Bairro do Sobreiro, Maia I e Maia II há mais de trinta anos que não havia intervenções nos equipamentos e agora estava a ser objeto de obras de grande profundidade, ficando prontas até ao final do próximo ano. Mais deu nota que os espaços públicos também estavam a ser objeto de intervenção e para o final do ano, todos os empreendimentos, fora do Bairro do Sobreiro, Maia I e Maia II iriam ficar todos prontos, após as obras necessitadas. Também estavam a ultimar a apresentação, no dobrar do ano de dois mil e dezanove para dois mil e vinte, do plano estratégico de habitação local que

era imposto para poderem se candidatar a um novo programa de habitação que o Governo  
tinha desenhado, esperando que ele fosse de facto bondoso e generoso nas verbas que iria  
colocar à disposição dos Municípios. Se assim não for, ele próprio não estava a ver os  
Municípios a endividar-se e a substituir o Estado para promover habitação para as famílias  
que ainda necessitavam delas. O município da Maia como sempre tinha feito, estava sempre  
disponível a abraçar estes desafios, mas o Estado Central, que era quem ficava com mais de  
noventa por cento dos impostos dos portugueses, tinha que disponibilizar essa verba. O  
Município podia ajudar nas várias vertentes desse programa, no subsídio de renda, na  
reabilitação e construção nova. Salientou que podiam e deviam ajudar, mas essa ajuda devia  
ser à escala e à dimensão de cada Município. O Estado tinha a obrigação constitucional de  
ajudar as famílias a terem uma habitação. -----

----- A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.** -----

**1.17.4. - Fundação do Conservatório de Música da Maia:** -----

----- Não houve inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.** -----

**1.18. Relatório de Execução Orçamental – Segundo trimestre de dois mil e dezanove da  
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.:** -----

----- Não houve inscrições. -----

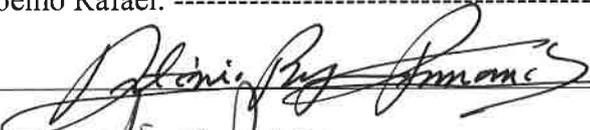
----- A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.** -----

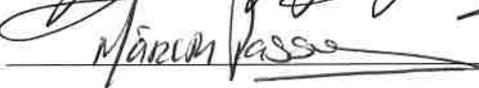
**1.19. Recalendarização da despesa associada a projetos cofinanciados inscritos no Plano  
Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM), no  
âmbito do PEDU e outras candidaturas – alteração ao orçamento da receita e da despesa  
para dois mil e dezanove:** -----

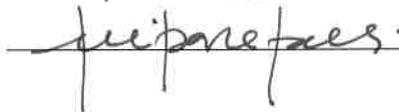
----- Não houve inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.** -----

----- E sendo vinte e três horas e dois minutos do dia dezasseis de dezembro, foi dada por encerrada a sessão, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, António Gonçalves Bragança Fernandes, pela 1.ª Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, e pela 2.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael. -----

O Presidente:  \_\_\_\_\_

A 1.ª Secretária:  \_\_\_\_\_

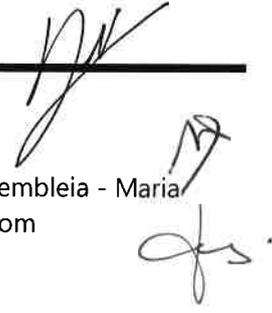
A 2.ª Secretária:  \_\_\_\_\_

1

**Sandra Martins**

---

**De:** Presidente <agbfernandes@gmail.com>  
**Enviado:** 12 de dezembro de 2019 17:48  
**Para:** sandra.martins@cm-maia.pt; advmarciapassos@gmail.com; Assembleia - Maria Lurdes; filipa.c.rafael@gmail.com; antonio.oliveira.silva@gmail.com  
**Assunto:** Fwd: Substituição de presença na Assembleia Municipal  
**Anexos:** DOC206.pdf; Anexo sem nome 00003.htm



António Bragança Fernandes

Início da mensagem reencaminhada:

**De:** "Geral" <geral@jfcastelodamaia.pt>  
**Data:** 12 de dezembro de 2019, 18:32:26 CET  
**Para:** <presidente.assembleia@cm-maia.pt>, <maria.lurdes@cm-maia.pt>  
**Assunto:** **Substituição de presença na Assembleia Municipal**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal  
Por impedimento da sua presença na Assembleia Municipal, 7ª Sessão Extraordinária, a realizar no dia 16/12/2019, o Presidente desta Junta de Freguesia, far-se-á representar pelo membro do Executivo desta Junta, Daniel Jorge Coelho Monteiro.  
Sem mais, apresentamos os nossos melhores cumprimentos  
Sandra Costa



2  
JA  
A  
Jo

Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Por motivos profissionais informo não ser possível estar presente na sessão de 16/12/2019, 7ª Sessão Extraordinária, nomeando como meu substituto o 2º Vogal desta Junta de Freguesia o Senhor Luis Miguel Ascensão Teixeira.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

*Ilídio Silva Carneiro*

Ilidio Silva Carneiro

**Assembleia - Maria Lurdes**

**De:** joão torres <joao\_torres14@hotmail.com>  
**Enviado:** 10 de dezembro de 2019 16:42  
**Para:** Assembleia - Maria Lurdes; presidente.assembleia@cm-maia.pt  
**Cc:** psfr310@gmail.com  
**Assunto:** Pedido de substituição - 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal

Apresento-lhe as minhas cordiais saudações

Por motivos de agenda profissional, não poderei estar presente na próxima Sessão da Assembleia Municipal da Maia, dia 16 de dezembro.

Assim, solicito a minha substituição pelo grupo municipal coligação "Um Novo Começo".

**Aguardo confirmação.**

Com os melhores cumprimentos

João Torres

*Virto*  
*Com o grupo - re o requerido*  
*[Signature]*  
*11-12-19*

*Handwritten notes at the bottom left of the page.*

4

**BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA**



*[Handwritten signatures and initials]*

**Ponto 1.2 OT - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SMAS  
(RECRUTAMENTO)**

Para o BE é imperativo que os serviços públicos estejam na esfera pública, de que o SMAS é um exemplo.

Também, este serviço público obriga a que seja prestado com o nível de qualidade, eficiência e transparência, que os munícipes exigem e dele esperam.

Fazemos fé que o recrutamento será efectuado de acordo com as normas instituídas e com isenção. Pressupondo também que será este o objectivo do Conselho de Administração do SMAS.

Neste sentido o BE irá votar favoravelmente esta proposta.

Maia, 16 de Dezembro de 2019

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**



5

7.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia – 16 de dezembro de 2019

## Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento Ordinário 2020 dos SMAS

### APRECIÇÃO E DECLARAÇÃO

Os documentos trazidos à apreciação deste plenário não vão além da mera orçamentação pura e dura, limitando-se, quanto aos objectivos para o exercício de 2020 e seguintes, generalizações e superficialidades que nada dizem.

Na realidade, não quantifica quaisquer objectivos nem assume compromissos sobre metas, mesmo quando refere, entre as três vertentes que pretende valorizar, a redução das perdas de água, através do investimento na renovação de infraestruturas que terão um aumento de cerca de 6% comparativamente ao orçamento do ano anterior.

Tal como vem acontecendo em anos transactos o orçamento tem vindo a aumentar, mas ficámos sem saber se as metas e objectivos que se pretendiam atingir foram ou não alcançados, pois tal como já dissemos atrás a administração do smas nunca assume ou quantifica as metas a atingir.

Na análise concreta da despesa no orçamento verificamos que a instituição gasta quase tanto dinheiro em estudos, pareceres e consultorias como aquele que gasta com o pessoal (2 800 mil euros no primeiro caso e 3 556 mil euros no segundo), o que nos parece um valor um pouco elevado???

Permita-me ainda duas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas quanto à diferença nos valores orçamentados:

- A 1ª está relacionada com o valor orçamentado na despesa com os estudos, pareceres e consultorias. Nas Actividades mais relevantes para 2020 aparece orçamentado o valor de 323 500 euros e como já referi atrás no orçamento para 2020 aparece orçamentado o valor 2 milhões e 800 mil euros;
- A 2ª está relacionada com o valor orçamentado nas receitas com as interrupções e reabastecimentos de água por incumprimento. Nas Actividades mais Relevantes para 2020 esta rubrica aparece orçamentada como receita no valor de 193 mil euros, no entanto no orçamento para 2020 os valores relacionados com avisos de corte, juros de mora, restabelecimento de fornecimento continuam a ultrapassar o meio milhão de euros.

Facto que a nós CDU continua a levantar-nos preocupações do ponto de vista social e da manutenção de dificuldades económicas de muitas famílias / empresas maiatas.

Relativamente ao mapa de pessoal, mostra a necessidade da contratação de bastante pessoal, principalmente técnico, mas não só, o que em nossa opinião só mostra que tem existido défice na prestação de serviço. Se não vejamos alguns exemplos elucidativos recentes:



- Em Pedrouços, na Rua dos Combatentes, houve uma ruptura de água que esteve cerca de três semanas a verter (para terem uma ideia da quantidade de água que dali saía, houve moradores que tiraram fotos com barcos de papel a navegar rua abaixo!!!). O problema foi denunciado para o SMAS, que na 2ª semana enviou uma equipa para verificar o problema e só na 3ª semana é que estancam a corrente;
- Durante a semana passada houve uma ruptura durante a noite no reservatório de Nogueira que só foi tratado a partir das 08h30 porque não piquetes para a noite? Tal como a ruptura de uma conduta na zona do Sobreiro que afectou não apenas aquela zona residencial mas também outras da cidade, levando a que a população estivesse cerca de 24 horas com água castanha, com resíduos e imprópria para consumo, higiene pessoal e doméstica.

Disse

**BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA**



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

### **Ponto 1.3 OT – SMEAS**

#### **Grandes Opções do Plano 202/2023 – Orçamento 2020**

Os documentos das GOPs e Orçamento em análise são para o BE de extrema importância. Junto dos documentos deparamo-nos com um outro cuja classificação não sabemos atribuir.

No nosso entendimento, as declarações de voto são um direito de quem as exerce estando consignadas na Lei e como tal não devem ser objecto de intervenções sobre o seu conteúdo.

Surpreende-nos que o Sr. Presidente e vereadores da coligação “Maia em Primeiro” tenham subscrito um documento que viola aquele princípio que, para nós, é fundamental. Tal facto obriga-nos a uma apreciação negativa, que não gostaríamos de salientar.

Os serviços públicos fazem parte da centralidade política do BE, nos quais os SMEAS se enquadram. Porém não podemos ignorar a circunstância de, neste momento, estarem sujeitos a escrutínio judicial, cujas consequências e extensão desconhecemos.

Sempre que os titulares, nomeadamente de cargos públicos, estão sujeitos a intervenção judicial, a posição do BE, de resto bem conhecida, deveriam de imediato suspender funções até conclusão final.

A avaliação que fizemos dos documentos fundamentais, GOPs e Orçamento dos SMEAS, merecia os nossos contributos. Foram porém prejudicados por aquela circunstância.

Para o BE, é reafirmada a importância dos SMEAS como serviço na esfera pública, pelo que a transparência das contas constitui um pilar do serviço público. Não há da nossa parte a pretensão de especular ou aproveitar politicamente a situação. Pelo que não poderemos deixar de fazer uma avaliação política.

Maia, 16 de Dezembro de 2019

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,  
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Exmas. Senhoras e Senhores Vereadores  
Exmas. Senhoras e Senhores Deputados  
Meus Senhores e minhas Senhoras,

Senhor Presidente,

Tal como aconteceu com as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Camara Municipal, iremos aprovar o Plano e o Orçamento dos SMAS para o ano de 2020.

Este Plano e Orçamento dos SMAS, apresenta um acréscimo de cerca de 6 % em comparação com o Orçamento de 2019.

Importa referir que este aumento de cerca de 6 %, reverte na sua totalidade para o Investimentos SMAS, contribuindo assim para um investimento total de cerca de 28 %.

Este Orçamento dos SMAS é sustentável e equilibrado. Sustentável porque os valores nele inscritos assentam em pressupostos credíveis quer na receita quer na despesa.

É equilibrado porque a despesa corrente é inferior á receita corrente permitindo assim o crescimento da despesa de capital.

Os SMAS beneficiaram ao longo dos anos de investimentos de qualidade o que permite que agora não sejam necessários grandes investimentos para continuar a prestar um serviço que corresponda às expectativas e das exigências dos Maiatos. É por essa razão que os investimentos previsto para o ano de 2020 são principalmente na conservação dos equipamentos existentes na aquisição de novos equipamentos que permitam rentabilizar e racionalizar os factores inerentes á captação e distribuição de água, em benefícios dos maiatos, que no presente quer no futuro.

Por fim Senhor Presidente, não posso deixar de enaltecer os SMAS, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, que é também o Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, pela forma rigorosa e transparente em como apresentou estes Plano e Orçamento para o ano de 2020, dando assim continuidade a uma estratégia e um caminho lançado há décadas por sucessivos executivos e dos quais o Sr Presidente fez parte,

antes como vereador e agora como Presidente e que por vontade dos Maiatos continuará a ser no futuro.

Por tudo isto e como referi no início, iremos votar favoravelmente estes documentos.

Maia, 16/DEZ/2019

---

( Cândido Graça )  
( Coligação " Maia em Primeiro" )

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'DM' or similar initials, written over a diagonal line.A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the bottom.

**BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA**



**Ponto 1.5 OT**

**Alienação de terrenos para construção**

No Grande Porto, a carência de habitação social é conhecida e grave.

É também reconhecido por todos que o município da Maia sofre do mesmo mal. Doença já diagnosticada pelo Executivo, na pessoa do seu Presidente.

Estes terrenos, pela sua localização, deveriam, no nosso entender, ser reservados para fins de habitação social.

Surpreende-nos por isso que sejam submetidas a esta Assembleia propostas de alienação de terrenos habilitados para a construção.

Maia, 16 de Dezembro de 2019

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**

7.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia –16 de Dezembro de 2019

Ponto 1.9 – Relatório de ponderação da ARU de Águas Santas / Pedrouços

## QUESTÕES

O Grupo Municipal da CDU tem a dizer relativamente a este ponto alguns considerandos, extemporâneos, nos há-de dizer o Sr. Presidente e com toda a razão, visto que o prazo para a discussão pública já terminou e nós CDU seja como cidadãos particulares ou como eleitos nada apresentamos... Mas entre milhares de habitantes desta zona não há ninguém interessado em discutir o projecto ou em apresentar ideias para repensar na reabilitação urbana desta área, ou será que é o modelo utilizado que já não é o mais adequado e convidativo à participação da população nas questões da sua cidade? Não que este seja um problema exclusivo deste concelho...

Pois bem, do extenso relatório destacamos:

- o Eixo Estratégico 1 - Ambiente Urbano, Identidade e património, onde diz e passo a citar “ Importa, pois a par da reabilitação generalizada do edificado, estimular a valorização dos elementos com interesse arquitectónico e importância cultural ou simbólica” ... entre os quais a Igreja de Nossa Senhora do Ó (monumento Nacional). “ A este juntam-se outros elementos como o mercado municipal, o edifício da Estação São Gemil, o Palacete (Casa de Brás Oleiros) e algumas instalações industriais desactivadas;

- do Eixo Estratégico 2 - Mobilidade urbana sustentável os objectivos estratégicos 5 “melhorar as condições de mobilidade suave” e o 6 “reduzir a utilização do transporte individual motorizado em benefício do transporte colectivo e intermodalidade”, parando já neste ponto último objectivo questionamos como é possível atingir este, quando ao longo do relatório não lemos uma única linha sobre a reativação da linha de Leixões ao transporte de passageiros, aliás esse nem sequer é um objectivo ou pretensão da câmara, visto que mais à frente nos Projectos Estruturantes para São Gemil e para a sua estação o projecto é outro... Sobre a Linha de metro entre o Hospital de São João/Maia pouco se fala (talvez uma linha).

Dos projectos estruturantes, destacamos a requalificação do mercado municipal de Pedrouços integrada no eixo estratégico 1, cujo cronograma de execução vai de 2019 até 2023 com uma verba orçamentada em 848 220 euros, mas que se formos às GOP está orçamentado uma verba de 50 mil euros para 2020 (não definido) e de 100 mil euros em 2021. Até 2023, sobram muitos milhares de euros para ser investido naquilo que não foi em 5 anos.

Disse.



COMISSÃO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE

30

7.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal – 16 de dezembro de 2019

Ponto 1.15 da Ordem do Dia

**APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE  
DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE**

Temos a honra de apresentar o primeiro Relatório da Atividade desenvolvida pela Comissão de Transportes e Mobilidade (CTM), relativo ao primeiro semestre de 2019, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º 2 do Art.º 3.º do regime de constituição e funcionamento aprovado por resolução desta Assembleia de 17 de dezembro de 2018.

O documento procura apresentar, de forma objetiva, o trabalho realizado pela Comissão no período em apreço, dispensando-se de proceder a qualquer apreciação valorativa sobre as tarefas empreendidas e os resultados obtidos, já que essa cabe aos Senhores Deputados.

Talvez seja oportuno, no entanto, salientar agora alguns aspetos do primeiro semestre do mandato conferido por esta Assembleia à CTM.

Em primeiro lugar, quanto ao funcionamento, caracterizado por um elevado nível de participação e de empenhamento da generalidade dos seus membros, assim como pela qualidade das contribuições e pela franqueza produtiva das discussões, sem que tivesse sido beliscada a autonomia ou perturbado o direito de iniciativa de cada um dos grupos municipais nela representados.

Em segundo lugar, é importante salientar que a iniciativa de auscultar os órgãos das freguesias – Junta e Assembleia – por intermédio dos respetivos presidentes permitiu à CTM e às forças nela representadas ter uma visão, simultaneamente individualizada e de conjunto, da situação, problemas, anseios e sugestões dos eleitos locais em matéria de transportes e acessibilidades, bem como outras matérias direta ou indiretamente relacionadas.

É oportuno sublinhar, por outro lado, que tal iniciativa tornou possível dar voz, nomeadamente aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, numa matéria de interesse vital para as populações que mais diretamente representam e sobre a qual não são consultados pela Câmara Municipal.

Md



COMISSÃO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE

Em terceiro lugar, importa referir, lamentando, a escassa ou mesmo praticamente inexistente colaboração do Executivo – e especialmente do seu Presidente – com a Comissão, impossibilitando-a de aceder a informações essenciais à sua missão, mormente no que tange ao processo de contratualização do serviço público de transportes rodoviários e, de modo particular, à alteração do modelo institucional da STCP.

Finalmente, a CTM confirmou-se como experiência muito útil e positiva de participação genuinamente democrática, valorizando as contribuições e avaliações de todos, prática esta que poderia ser reforçada, se assim o entender, com a designação do representante do único Grupo Municipal – a Coligação PS/JPP - Um Novo Começo – que, por decisão própria, não a integra.

Pela Comissão de Transportes e Mobilidade

Alfredo Maia  
(Presidente)

**BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA****COMISSÃO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE (CTM)**

Pela leitura do relatório apresentado para conhecimento a esta Assembleia são evidenciadas algumas dificuldades de diálogo com o Executivo quando interpelado pela CTM.

Em Agosto foi assinado um *“memorando de entendimento”* entre o governo, a STCP e os seis municípios onde opera esta empresa pública de transportes, um dos quais o nosso”.

A emergência de alterações importantes no sector de Mobilidade e Transportes, no nosso território, exige o acompanhamento de todo o processo com ele relacionado. Em consequência foi criada a CTM e citando o seu relatório *“...destinada ao estudo, acompanhamento e à elaboração de propostas relacionadas com os serviços de transportes e a mobilidade na área do Município e nas relações intermunicipais ...”*,

A participação do BE nesta Comissão radica no pressuposto de uma ampla informação e transparência em todo o processo sobre o novo modelo de transportes e mobilidade. Constatamos que esta expectativa está a ser frustrada de que é ilustrativa a assinatura do referido memorando sem que a CTM tivesse sido previamente consultada, apesar de a mesma o ter solicitado.

Queremos aqui deixar a nossa chamada de atenção para que o Executivo corrija a sua forma de articulação com a CTM em nome dos interesses de todos os cidadãos do concelho da Maia para os quais a matéria de Mobilidade e Transportes é de enorme importância.

Maia, 16 de Dezembro de 2019

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**